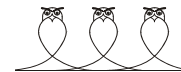




GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Homologado em 2/7/2019, DODF nº 128, de 10/7/2019, p. 9.
Portaria nº 231, de 4/7/2019, DODF nº 130, de 12/7/2019, p. 5.



PARECER Nº 146/2019-CEDF

Processo SEI/GDF nº 00080-00121474/2018-33

Interessado: **Colégio ALUB Asa Norte**

Indefere o pleito de credenciamento do Colégio ALUB Asa Norte, de autorização da oferta da educação infantil, pré-escola, para crianças de 4 e 5 anos de idade, e de mudança de endereço da instituição educacional; e dá outras providências.

I – HISTÓRICO – O presente processo, autuado em 2 de agosto de 2018, de interesse do Colégio ALUB Asa Norte, situado na SHCGN 706, Conjunto A, Blocos A e B, Brasília – Distrito Federal, mantido pela Upiara Empreendimentos e Participações S/A, situada no SCS Quadra 6, Bloco A, Lote 157, Salas 405, 406, 407 e 408, Ed. Bandeirantes, Brasília – Distrito Federal, trata da solicitação de credenciamento da instituição educacional, autorização para a oferta de educação infantil, pré-escola para crianças de 4 e 5 anos de idade, aprovação dos documentos organizacionais, bem como autorização para mudança de endereço.

O Colégio ALUB Asa Norte, anteriormente denominado Centro Educacional Genesis foi inicialmente credenciado em 2000, nos termos da Portaria nº 150/SEEDF de 8 de agosto de 2000, com base no Parecer nº 132/2000-CEDF.

A instituição educacional, nos termos da Portaria nº 89/SEEDF, de 30 de março de 2016, conforme o disposto no Parecer nº 56/2016-CEDF, foi credenciada pelo período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2018, sendo autorizada a ofertar o ensino médio e o ensino fundamental do 1º ao 9º ano.

Registra-se que o presente processo restou autuado tempestivamente, em acordo com o prazo estabelecido no artigo 107 da Resolução nº 1/2012-CEDF.

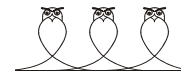
Cumpramos ressaltar que a instituição educacional mudou-se do endereço autorizado, em dezembro de 2017, sem amparo legal, em desacordo com o inciso II do artigo 114 da Resolução nº 1/2012-CEDF, bem como, ainda, iniciou a oferta da educação infantil, pré-escola para crianças de 4 e 5 anos de idade, também sem amparo legal, em 2018, infringindo o disposto no artigo 97 da Resolução nº 1/2012-CEDF.

II – ANÁLISE – O processo foi instruído e analisado pelas equipes técnicas da Diretoria de Supervisão Institucional e Normas de Ensino - Dine/Suplav/SEEDF e do Conselho de Educação do Distrito Federal - CEDF, sob a égide e de acordo com o que determina a Resolução nº 1/2012-CEDF, vigente à época da instrução processual.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Homologado em 2/7/2019, DODF nº 128, de 10/7/2019, p. 9.
Portaria nº 231, de 4/7/2019, DODF nº 130, de 12/7/2019, p. 5.



Destacam-se os seguintes documentos anexados aos autos:

- Requerimento.
- Certificado de Licenciamento Digital – RLE.
- Contrato de Locação do Imóvel.
- Contrato de Sublocação do Imóvel.
- Justificativa da instituição educacional.
- Registro de Responsabilidade Técnica.
- Projeto Arquitetônico.
- Relação de mobiliário, equipamentos e recursos didático-pedagógicos.
- Regimento Escolar.
- Relatórios de visita de inspeção *in loco*.
- Relatório das Melhorias Qualitativas.
- Parecer Técnico-Profissional.
- Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.
- Laudo Técnico.
- Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica Matriz – CNPJ.
- Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica Filial – CNPJ.
- Quadro demonstrativo de pessoal técnico-administrativo, de apoio e corpo docente.
- Diligências CEDF.
- Proposta Pedagógica.
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

Das condições físicas da instituição educacional:

- Contrato de Locação do Imóvel, vigente até 31 de dezembro de 2022, e contrato de Sublocação do Imóvel, vigente até o mesmo período. Insta registrar divergências entre o endereço da Instituição Educacional citado no Requerimento, no Contrato de Locação e no Contrato de Sublocação.
- Projeto arquitetônico da edificação, acompanhado do Registro de Responsabilidade Técnica - RRT registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU-BR.
- Laudo Técnico, com ressalvas e divergências no endereço relativo à vistoria realizada em 13 de agosto de 2018, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal – CREA-DF, em substituição à Licença de Funcionamento, porém ainda em desacordo com a Nota Técnica nº 1/2016-CEDF. Do referido laudo, destacam-se as seguintes ressalvas:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Homologado em 2/7/2019, DODF nº 128, de 10/7/2019, p. 9.
Portaria nº 231, de 4/7/2019, DODF nº 130, de 12/7/2019, p. 5.



1. não foi constatada correção no sistema elétrico, conforme apontado no laudo anterior, que apresentava quadro crítico com riscos de curto – circuito, choque elétrico, queima de aparelhos elétricos e sobrecargas;
 2. acerca da telha trapezoidal, até o momento da realização do laudo, não foi verificado sinais de correção;
 3. com relação à ocorrência de sonoridade anômala ao bom funcionamento do elevador, constante no laudo anterior, restou constatado que o sistema estava inoperante e sem sinais de correções;
 4. existência de rampas e acessos em desconformidade com a norma de acessibilidade;
 5. restou sugerida nova aprovação de projeto de incêndio para atender às novas diretrizes do corpo de bombeiros;
 6. acerca da área externa, registra-se a existência de alambrado parimental em plena deterioração, oferecendo risco de entrada e saída indevida de pessoas;
 7. falhas de acessibilidade nos acessos de cadeirantes e pessoas com deficiência às áreas recreativas.
- Parecer Técnico-Profissional, aponta que a instituição educacional não atende alguns requisitos citados na legislação, porém, registra-se que está adequado para uso de suas instalações físicas. Entre as principais pendências destacam-se acessibilidade e sistema de combate a incêndio, conforme consta:

“O Colégio não atende alguns dos requisitos citados na legislação federal e estadual, está ADEQUADO para o uso de suas instalações físicas para Educação Infantil – Pré-escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Porém precisa ser tomada providências para sanar os problemas apresentados. Principalmente a parte de acessibilidade e execução de sistema de combate a incêndio”.

- Certificado de Licenciamento, com informações incompletas, aguardando solicitação para vistoria do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e da Subsecretaria de Sistema de Defesa Civil. Em consulta realizada em 08/02/2019 ao Portal de Serviços do RLE@DIGITAL, foi verificado que a situação permanece inalterada. Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF e Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil – SUSDEC aguardando solicitação.

Conforme registrado, o Colégio ALUB Asa Norte mudou-se de endereço para SGAN, 913, Conjunto A, em dezembro de 2017, sem amparo legal, em desacordo com o inciso II do artigo 114 da Resolução nº 1/2012-CEDF, tendo apresentado justificativa, por meio do Ofício nº 031/2018 – CA.

A instituição educacional aponta como primeiro motivo para a mudança de endereço intempestiva, a questão da necessidade de atendimento a exigências da legislação no que tange à infraestrutura física da instituição educacional com a necessidade de reforma de alto



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Homologado em 2/7/2019, DODF nº 128, de 10/7/2019, p. 9.
Portaria nº 231, de 4/7/2019, DODF nº 130, de 12/7/2019, p. 5.



investimento e mudanças que inviabilizaram os prazos para o início das aulas em 2018 bem como, informando que no final de 2017 tiveram problemas com a locatária do imóvel que o locou simultaneamente para outra escola, gerando desgaste jurídico.

Das visitas de inspeção in loco:

Foram realizadas quatro visitas de inspeção *in loco*, em 11 de setembro de 2018, em 19 de setembro de 2018, em 25 de setembro de 2018 e, em 15 de janeiro de 2019, quando foram verificadas as estruturas física e pedagógica da instituição educacional, a secretaria/escrituração escolar e a habilitação dos docentes, além de compatibilizados os documentos organizacionais e prestadas as orientações técnicas necessárias.

Insta registrar que restou constatado a partir das visitas de inspeção *in loco* que:

- a instituição educacional iniciou a oferta irregular da educação infantil, pré-escola para crianças de 4 e 5 anos de idade, desde 31 de janeiro de 2018;
- arquivo ainda não estava totalmente organizado e o espaço ainda não era suficiente para acondicionar as caixas com documentos;
- o elevador estava funcionando precariamente, acionado somente com as portas fechadas, e que a rampa de acesso da porta tem desnível e o cadeirante necessitava de auxílio para utilização do mesmo;
- os livros de registros da secretaria escolar apresentados não estavam devidamente preenchidos e atualizados na sua totalidade;
- os dossiês dos alunos estavam com informações incompletas;
- os arquivos permanente e corrente estavam desorganizados;
- o laboratório de Informática está organizado, porém não há iluminação e nem aeração natural, sendo necessário o uso de 4 ventiladores;
- o laboratório de Ciências não está em uso e necessita de manutenção;
- há em funcionamento uma academia terceirizada cujo o acesso se dá somente pelas dependências internas do Colégio ALUB Asa Norte.

Do Relatório das Melhorias Qualitativas, registra-se que está em conformidade com o disposto no inciso I, do art. 108 da Resolução nº 1/2012-CEDF, tendo sido as melhorias qualitativas comprovadas no endereço aprovado, na SHCGN 706, Conjunto A, Bloco A e B, Brasília – Distrito Federal, e não no atual endereço onde no qual se encontra desde dezembro de 2017.

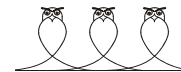
Da Proposta Pedagógica

A Proposta Pedagógica da instituição educacional não foi objeto de análise por este Conselho de Educação, diante da situação apresentada e que o indeferimento dos pleitos é medida que se impõe.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Homologado em 2/7/2019, DODF nº 128, de 10/7/2019, p. 9.
Portaria nº 231, de 4/7/2019, DODF nº 130, de 12/7/2019, p. 5.



Insta registrar, ainda, que este Conselho de Educação, por meio da Assessoria Técnica, encaminhou à instituição educacional todo o conteúdo do presente processo em meio eletrônico, no dia 15 de abril de 2019, às 16h39, tendo sido confirmado o recebimento no dia 16 de abril, às 8h55, observado o direito da ampla defesa e do contraditório, contudo, não houve manifestação formal ou anexação de outros documentos até a presente data.

III - CONCLUSÃO: Em face do exposto, e dos elementos de instrução do processo, o parecer é por:

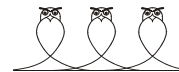
- a) indeferir o pleito de credenciamento do Colégio ALUB Asa Norte, situado no SHCGN 706, Conjunto A, Blocos A e B, Brasília – Distrito Federal, mantido pela Upiara Empreendimentos e Participações S/A, situada no SCS Quadra 6, Bloco A, Lote 157, Salas 405, 406, 407 e 408, Ed. Bandeirantes, Brasília – Distrito Federal;
- b) indeferir o pleito de autorização da oferta da educação infantil, pré-escola, para crianças de 4 e 5 anos de idade;
- c) indeferir o pleito de mudança de endereço da instituição educacional do SHCGN 706, Conjunto A, Blocos A e B, Brasília – Distrito Federal” para o SGAN 913, Conjunto A, Brasília – Distrito Federal;
- d) validar os atos escolares praticados pela instituição educacional, a contar do início do ano letivo de 2018 até a data da publicação da portaria oriunda do presente parecer;
- e) determinar ao órgão próprio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que oriente a instituição educacional quanto à imediata transferência dos estudantes matriculados para instituições credenciadas, comunicação da presente decisão aos pais e/ou responsáveis, bem como o recolhimento do acervo;
- f) dar conhecimento do inteiro teor do presente parecer, após sua homologação, aos órgãos do Governo do Distrito Federal responsáveis pela concessão do Certificado de Licenciamento da instituição educacional, tais como: AGEFIS, IBRAM, VISADF, SUSDEC, CBMDF, bem como para a Promotoria de Justiça de Defesa da Educação – PROEDUC-MPDFT e Programa de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON-DF;
- g) advertir a instituição educacional pelo descumprimento do disposto nos artigos 97 e 114 da Resolução nº 1/2012-CEDF.

É o parecer.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Homologado em 2/7/2019, DODF nº 128, de 10/7/2019, p. 9.
Portaria nº 231, de 4/7/2019, DODF nº 130, de 12/7/2019, p. 5.



Sala “Helena Reis”, Brasília, 25 de junho de 2019.

MÁRIO SÉRGIO MAFRA
Conselheiro-Relator

Aprovado na CEB
e em Plenário
em 25/6/2019

ÁLVARO MOREIRA DOMINGUES JÚNIOR
Vice-Presidente no exercício da Presidência
do Conselho de Educação do Distrito Federal